

I SEMINÁRIO NACIONAL HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

GT História e Patrimônio Cultural - ANPUH BRASIL

Porto Alegre, 03 a 07 de outubro de 2016

A História e o campo do patrimônio: desafios e perspectivas

Simpósio Temático 4: Políticas de patrimônio: instrumentos, agências e agentes sociais

Coordenadores: Márcia Regina Romeiro Chuva (UNIRIO) e Antonio Gilberto Ramos

Nogueira (UFC)

O Inventário como instrumento de documentação e pesquisa histórica: a histori(cidade) do INBI/SU em Tiradentes/MG e as novas perspectivas de história e paisagem no IPHAN (1985-1994)

Felipe Bueno Crispim – UNIFESP – buenocrispim@gmail.com

Alba Nélide de Mendonça Bispo – UFSJ – bispo.alba@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a historicidade do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos - INBI/SU em Tiradentes/MG, destacando-o como instrumento de pesquisa e registro documental, considerando a noção de cidade-documento e as novas abordagens de história e paisagem presentes no contexto das ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no período de 1985 até 1994, sob o viés da ampliação da noção de patrimônio cultural.

Palavras-chave: Paisagem; Inventário; Patrimônio.

Inventário como política de salvaguarda no IPHAN nas décadas de 1980 e 1990

Este trabalho investiga a historicidade do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos – INBI/SU enquanto metodologia desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para gestão dos conjuntos urbanos tombados, especificamente a partir da experiência pioneira de aplicação em Tiradentes/MG, entre as décadas de 1980 e 1990, destacando-o como instrumento de documentação e pesquisa histórica. Este método objetivava produzir o conhecimento necessário para uma atuação mais democrática na preservação das cidades, num contexto de grandes transformações políticas e sociais (Motta, 2013, p.249).

O INBI/SU reflete a ampliação da noção de patrimônio cultural de modo que, para além dos aspectos estéticos relacionados à caracterização arquitetônica e urbanística do conjunto tombado em 1938, destacam-se novas perspectivas historiográficas e paisagísticas no IPHAN, sublinhadas no documento “Sítio Histórico de Tiradentes - Fundamentos e Proposta de Critérios e Normas de Intervenção” (IPHAN, 2007a) que reúne diretrizes para intervenções em Tiradentes, utilizadas pelo órgão desde sua aprovação pelo Conselho Consultivo em 1994 até os dias atuais.

No Brasil, o inventário foi adotado como instrumento de identificação de valores históricos e artísticos, pois se acreditava que esses valores eram intrínsecos aos bens culturais cabendo aos técnicos do IPHAN seu reconhecimento através do tombamento. Assim, o inventário assumiu historicamente um papel secundário e subsidiário da prática do tombamento, segundo destaca Nogueira (2005, p. 250).

Já o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 consagra o inventário como um instrumento de preservação ao definir que a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro deverá ser exercida através de “inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. (BRASIL, 1988). Entretanto, há de se pesar o fato de que, atualmente, não existem atos infraconstitucionais que regulamentem a aplicação do inventário nos termos do artigo 216. Essa realidade corrobora o uso do inventário ainda como mero procedimento processual para a realização do tombamento de um determinado bem, conforme ressalta Campos (2013).

Nos anos de 1980 com a ampliação dos conceitos de patrimônio e de cultura operados não só no âmbito do IPHAN, mas da sociedade brasileira em tempos de redemocratização, a escala monumental até então predominante nas ações de preservação do patrimônio dá lugar a um novo olhar marcado pela perspectiva historiográfica que

atribui dimensão documental aos sítios urbanos, compreendendo-os como fontes de pesquisa para o estudo da história urbana e nacional. Nesse ínterim, observa-se uma série de mudanças nas práticas do IPHAN através de ações inovadoras de intervenção em sítios urbanos, em que a busca pela leitura da cidade como documento se caracteriza como uma tendência e uma prática que se procurou consolidar como diretriz do órgão.

No que tange aos centros históricos cabe considerar a influência da Carta de Petrópolis redigida no 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987. Nela reconhece-se a cidade como “expressão cultural socialmente fabricada” e o “sítio histórico urbano” como espaço que concentra testemunhos do fazer cultural das cidades em suas diversas manifestações compreendo a paisagem natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente em processo dinâmico de transformação. (Cury, 2004)

A partir da década de 1980, portanto, o inventário apresenta-se como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro e como metodologia de releitura dos sítios urbanos, especialmente aqueles tombados entre 1937 e 1967 - na chamada “fase heroica” de atuação do órgão, conforme classifica Fonseca (2005). Nesse contexto, entre fins dos anos de 1980 e meados da década de 1990, o INBI-SU de Tiradentes surge como experiência piloto do IPHAN na tentativa de fazer do inventário o instrumento principal de preservação e gestão do sítio urbano tombado. Essa perspectiva alinha-se ao contexto de redemocratização política no Brasil e a instrumentalização de políticas culturais com a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985. Nesse ínterim, se observa uma renovação das práticas de preservação brasileiras com a ampliação da ação preservacionista e a institucionalização de outros instrumentos jurídicos de salvaguarda do patrimônio cultural, sobretudo em atenção à Constituição Federal de 1988 que destaca a natureza material e imaterial dos bens culturais, protegidos pelo tombamento, instituído através do Decreto-Lei nº 25 de 1937, e pelo registro do patrimônio imaterial conforme o Decreto nº 3.551 de 2000.

Na prática, o gerenciamento de sítios urbanos a partir do INBI/SU revela o papel do inventário como *metodologia de pesquisa e registro documental* que está ancorado em conceitos e metodologia própria de sistematização de informações, visando o cadastro e o conhecimento dos imóveis que integram o conjunto tombado. É também um *mecanismo de proteção* ao indicar diretrizes e parâmetros para propostas de intervenção condensadas em norma de preservação do patrimônio. Por fim, funciona ainda como *instrumento de*

gestão, subsidiando procedimentos e ações de fiscalização sistemáticas a partir das diretrizes específicas estabelecidas para cada setor que consideram as singularidades do sítio urbano, associando os aspectos morfológicos aos aspectos históricos para preservar as particularidades da paisagem urbana que compõem o sítio de Tiradentes.

O INBI/SU como instrumento de documentação e pesquisa histórica

A noção de cidade-documento discutida por Sant'Anna (1995) apresenta-se como principal referência teórica para analisar as décadas de 1980 e 1990 em que se observa uma mudança da prática preservacionista do IPHAN que passou a privilegiar leituras do patrimônio urbano enquanto documento e fonte histórica rompendo com a visão monumental que historicamente caracteriza as ações do órgão na salvaguarda dos conjuntos urbanos, sobretudo nos primeiros tombamentos, ainda na década de 1930.

Originalmente compreendidos como monumentos representativos da memória nacional, capazes de emanar a riqueza e originalidade da arte e da arquitetura brasileiras, os núcleos urbanos acautelados nos primeiros tombamentos do IPHAN como bens de valor artístico assumiram a feição de “cidade histórica”, sobretudo nos anos de 1960 e 1970 através da agregação do valor paisagístico como afirmação e subsídio à escala monumental das cidades. Já entre os anos de 1970 e 1980 surge a perspectiva da cidade-documento como sendo a consagração de um olhar historiográfico e antropológico aos núcleos urbanos pelo qual são ressaltados os valores capazes de informar sobre a história urbana e ambiental do sítio.

O monumento, junto com o seu entorno, constituiria, assim, um documento sobre uma formação social, a qual só poderia ser apreendida com a compreensão dos diversos estágios de sua evolução. A delimitação do entorno colocaria então em evidência o sistema de relações do monumento com o seu contexto, permitindo vê-lo não mais como um evento isolado. O instrumento metodológico básico desse tipo de estudo seria, portanto, a interpretação das várias fases da produção do espaço urbano que introduziram ou determinaram mudanças nas práticas de urbanização, permitindo que a poligonal de entorno traçada registrasse todo esse processo. (Sant'Anna, 1995, p.190)

O respeito às estratificações ou camadas históricas, defendido nas cartas patrimoniais de conservação e restauração aos monumentos, estendido aos contextos

urbanos indica que a contribuição de todos os tempos históricos é relevante para a compreensão das cidades, posto que a diversidade de elementos de diferentes períodos confere relações dinâmicas de transformação aos sítios históricos. A contribuição dos diferentes períodos históricos, considerando os usos e ocupações processados pela cidade ao longo do tempo, atribui aos núcleos urbanos tombados outros valores e apropriações do sítio que deveriam ser considerados nas ações de salvaguarda patrimonial. A compreensão da cidade como documento no INBI/SU estava alinhada às cartas patrimoniais que dispõem uma série de recomendações para a preservação dos monumentos e sítios históricos, dentre as quais destaca-se a Recomendação de Nairóbi de 1976: “Nos conjuntos históricos ou tradicionais que possuem elementos de vários períodos diferentes, a ação de salvaguarda deveria levar em consideração as manifestações de todos esses períodos”. (Cury, 2004)

Assim, balizado na noção de cidade-documento, o INBI/SU promove a leitura das marcas da história urbana no território tiradentino para além do núcleo setecentista. Nesse contexto o planejamento urbano assume centralidade utilizando-se de um conjunto de ferramentas e instrumentos urbanísticos de regulamento de uso e ocupação do solo na geração de sustentabilidade econômica e ecológica para as cidades históricas. Entretanto, Sant’Anna (1995) pondera que a preservação de núcleos urbanos no Brasil, apesar de ter se mostrado uma marca desde os primeiros anos de atuação do órgão federal, nunca se constituiu numa política efetivamente integrada à dimensão complexa e mutável das cidades dada a inexistência de instrumentos específicos de preservação para além do tombamento.

A experiência piloto de aplicação do INBI/SU para releitura do sítio urbano de Tiradentes, iniciada em fins dos anos de 1980 e cujos trabalhos de campo foram finalizados em 1991, baseou-se na investidura dos referenciais teóricos da História e da Antropologia, incorporando a noção de cidade-documento e novas perspectivas sobre a dimensão ambiental do sítio tombado. A principal evidencia dessa hipótese reside na inovação conceitual e técnica quando da elaboração desse Inventário que propôs três níveis de ação para sua concretização: pesquisa histórica, levantamento físico-arquitetônico e entrevistas com os moradores da cidade. Resultante do cruzamento dessas informações, a “Proposta de Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes” pretendia produzir fontes de pesquisa histórica a partir do amplo conhecimento do sítio, sendo estas as informações capazes de orientar as ações de gestão do patrimônio urbano de Tiradentes.

No contexto das décadas de 1980 e 1990, as leituras associadas de diversas disciplinas no IPHAN revelam que as contribuições de diferentes experiências eram analisadas e valorizadas como aspectos indissociáveis à compreensão dos bens culturais. Para além do núcleo tombado e para além do critério da ancianidade, portanto, as cidades históricas deveriam ser compreendidas numa perspectiva mais ampliada do patrimônio, considerando as relações de ambiência. Nesse sentido, o INBI/SU relaciona dados históricos, morfológicos, tipológicos e demográficos da cidade histórica, compreendendo os processos de uso e ocupação do sítio ao longo do seu desenvolvimento urbano e destacando as relações entre elementos naturais e edificados que compõem a paisagem. De fato, ao compreender a cidade como documento de história urbana e ler as marcas impressas no território, o INBI/SU incorpora as perspectivas do campo da história, urbanismo e antropologia que traziam diagnósticos distintos das análises estético-estilísticas da arquitetura.

Compreende-se a cidade como uma produção cultural que expressa a capacidade do homem em apropriar-se permanentemente do território e dos espaços nele construídos. Em permanente adaptação e transformação, a cidade revela-se como patrimônio cultural capaz de alimentar as ações subsequentes da vida urbana, pela preservação e transmissão de valores nele impressos sempre reapropriados no presente.

Compreende-se a cidade como um documento de história urbana para além da análise das características estético-estilísticas de sua arquitetura, cuja leitura deve ser feita através das marcas impressas no espaço urbano, que configuram um conjunto de significados a serem permanentemente recodificados e utilizados como referência básica no trabalho de preservação. (IPHAN, 2007a)

Quanto à dinâmica de transformações das cidades históricas, o INBI/SU compreende que as intervenções urbanas deveriam promover a melhoria da qualidade de vida, em resposta à ideia de que a patrimonialização de cidades promoveria seu congelamento em relação ao desenvolvimento e modernização, refletindo o que as cartas patrimoniais também estavam discutindo no período: o papel das cidades históricas na sustentabilidade econômica, sobretudo através do turismo.

As intervenções urbanas devem buscar permanentemente a melhoria da qualidade de vida do cidadão local e, para se atingir tal objetivo, é fundamental

a compreensão de sua história impressa na paisagem em que habita e a apropriação da mesma como sua memória, “lugar” de identificação, seu mundo diferenciado. (...) Nesse sentido, as ações de preservação devem buscar a manutenção dos aspectos principais que hoje caracterizam a fisionomia da cidade e que lhe conferem personalidade. No caso específico de Tiradentes, o núcleo setecentista e sua inserção na paisagem, com especial destaque para a Serra de São José, são características que tornam a cidade um lugar diferenciado, sobre as quais organiza-se a sua economia e nas quais residem suas possibilidades de revitalização, como é o caso, por exemplo, do turismo. (IPHAN, 2007a)

A forma de inserção da cidade na paisagem, do ponto de vista da morfologia urbana, caracterizam e particularizam sua fisionomia, sua personalidade enquanto urbe, assim, o INBI/SU destaca os aspectos urbanísticos na proteção dos sítios tombados, pois considera que dentre os valores a preservar está “a forma urbana definida pelo traçado e parcelamento; as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços livres e plantados” tal como aponta a Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, organizada pelo ICOMOS em Washington em 1986 (Cury, 2004).

Nesse sentido, o Inventário documenta a cidade histórica apresentada num conjunto particular de relações morfológicas que estão conformadas em determinadas escalas ou proporções entre os elementos construídos ou edificados (cheios) e os elementos não construídos (vazios). No âmbito do planejamento urbano, essas relações podem ser computadas em taxas de ocupação e permeabilidade que são estabelecidas como diretrizes urbanísticas para manutenção dos padrões construtivos da cidade.

Assim, a partir da documentação do Inventário, o IPHAN preservaria a forma urbana que é resultante da lógica de parcelamento que condicionam as dimensões, formas e características tipológicas das construções. Além disso, o INBI/SU considera que “para intervir na cidade é preciso compreender e descrever a lógica da sua ocupação” (IPHAN, 2007a), ou seja, a análise morfológica não se restringe à forma urbana atual, mas compreende os processos históricos de ocupação da cidade e as transformações impressas no território.

Nesse sentido, o INBI/SU registra e cadastra a cidade de Tiradentes naquele momento a partir das bases cadastrais¹ disponíveis da época e vai construindo uma cartografia histórica, procurando compreender como a cidade foi sendo grafada naquele

¹ Os cadastros existentes eram das companhias de energia elétrica e de água - CEMIG e COPASA.

território, portanto, lê as marcas impressas no território enquanto desenha os lotes e as edificações implantadas, a partir dos levantamentos físico-arquitetônicos realizados pela equipe do IPHAN. O mapeamento cadastral dos processos históricos de formação, consolidação e transformação do sítio de Tiradentes promovia o entendimento da forma de ocupação do território a partir do levantamento de dados sobre os parâmetros construtivos (área do lote, taxa de ocupação, forma da quadra, plantas das edificações, gabaritos, usos e estado de conservação dos imóveis) sendo possível identificar as seguintes etapas de aplicação do INBI/SU em Tiradentes: Pesquisa documental: histórica/iconográfica; Levantamento físico-arquitetônico; Desenho e Cartografia Urbana; Arqueologia Histórica; Análise Morfológica; Diagnóstico; Proposta de critérios para intervenções.

Na experiência de aplicação do INBI/SU em Tiradentes cabe destacar também a preocupação com a sustentabilidade do patrimônio a partir de uma nova compreensão do sítio histórico como objeto urbano, buscando “conciliar a história impressa materialmente no território e as potencialidades de transformações presentes” (IPHAN, 2007a). A cidade é compreendida, assim enquanto produto cultural, resultante do agenciamento humano que interfere e transforma o território ao longo do tempo, constantemente, portanto, como um organismo vivo, processado ao longo do tempo, mas que mantém as suas principais características, seus padrões de comportamento, sua essência, como um rosto que vai incorporando os sinais do tempo: as marcas dos processos impressas fisicamente nas superfícies, assim como na profundidade das memórias vivenciadas naquele lugar.

As novas perspectivas de história e paisagem no IPHAN entre 1985 e 1994

O recorte temporal de 1985 a 1994 se relaciona ao momento em que se iniciam os trabalhos de instrumentalização do inventário associado ao contexto de surgimento de uma política cultural para o país com a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985. No âmbito do IPHAN assistia-se uma reestruturação administrativa do órgão que passou a contar com coordenações específicas dentre as quais se destacam a Coordenação dos Núcleos Históricos e a Coordenação do Patrimônio Natural, onde novas concepções e diretrizes de ação estavam sendo gestadas com a presença de historiadores e antropólogos na equipe.

A efetiva implementação dos critérios e diretrizes do INBI-SU para Tiradentes, adotadas pelo IPHAN em 1994 coincidiu com o ressurgimento do Ministério da Cultura

e do IPHAN que haviam sido extintos pelo governo Collor, em 1990, sendo que o órgão federal de preservação passou a se chamar Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) entre 1990 e 1994. O conturbado período em que o Inventário foi realizado compreendeu o momento de renovação da prática preservacionista, sobretudo em fins dos anos de 1980, como também seu descenso a partir de 1990 com o governo Collor.

As referências historiográficas sobre esse período são escassas, pois pouco se sabe sobre as atividades desenvolvidas e sua continuidade nos conturbados tempos do IBPC. É possível afirmar, porém, que a mudança de orientação das práticas do órgão em relação ao patrimônio urbano consolida-se nesse momento tendo-se em vista a aproximação com o ofício do historiador e a coexistência de dois paradigmas centrais na prática de preservação: o antigo, marcado pela ideia de que os bens culturais possuem valores intrínsecos que devem ser identificados pelos técnicos do patrimônio, e o novo, amplamente aceito como vigente e legítimo, em que se reconhece a ação preservacionista como sendo uma prática social de atribuição de valores aos bens culturais realizada tanto pelo poder público como pela sociedade civil organizada. (CHUVA, 2009)

Nesses termos, os anos de 1980 apresentam um novo paradigma operacional na prática preservacionista, dentre elas os inventários de releitura, a exemplo do INBI-SU. Assiste-se também nesse momento a abertura do órgão para a patrimonialização do meio ambiente como se verifica nas ações da Coordenação do Patrimônio Natural.

A Coordenação teve como objetivos expandir os conceitos sobre o patrimônio natural, ampliar o olhar institucional sobre o assunto, tratar de temáticas como a arqueologia e a paleontologia, estender a atuação técnica, além de consolidar os procedimentos de intervenção nos jardins históricos. Procurou-se construir um pensamento embasado sobre o patrimônio natural e ambiental, atentando-se por exemplo, para o território regional e os fluxos migratórios de população interferente no uso da paisagem; para a poluição industrial, atmosférica, do solo e das águas, para as características geofísicas e ambientais que influenciavam na conservação do patrimônio; para os modelos adequados de ocupação urbana, para a educação, etc. (MONGELLI, 2011, p.107)

Do mesmo modo a Revista do Patrimônio nº 22 de 1987 publicaria as falas da mesa redonda sobre patrimônio natural realizada em dezembro de 1986 pela Fundação Nacional Pró-Memória. A mesa se compunha da presença de Aziz Nacib Ab Saber, geógrafo e professor da Universidade de São Paulo e ex-presidente do Conselho de

Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat), Ibsen Câmara, presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, José Lutzemberg, fundador da Associação Gaúcha para a proteção do ambiente natural, José Tabacow, diretor do Museu Mello Leitão e de William Rodrigues do Instituto de Pesquisas da Amazônia. (MONGELLI, 2011, p.104)

O destaque feito aqui para o patrimônio natural é devido a sua relação imbricada com as questões do patrimônio urbano. Os apontamentos de Ab Saber na referida Mesa Redonda sobre o tombamento da porção paulista da Serra do Mar pelo Condephaat em 1985 se centravam na ideia de que o tombamento das áreas naturais limítrofes dos grandes centros urbanos somado a mecanismos de gestão integrada dessas áreas possibilitaria a construção de uma política de reconhecimento da paisagem enquanto bem cultural destacando-se assim o papel dos órgãos de preservação do patrimônio cultural, como o IPHAN nesse processo.

Já em 1992, a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrida no Rio de Janeiro (ECO-92) e a instituição da Paisagem Cultural como categoria na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco embasariam de forma apurada a atuação dos órgãos de preservação na tutela da paisagem, em que pese a longa trajetória da relação entre paisagem e patrimônio na história do IPHAN, conforme analisa Ribeiro (2007).

Na releitura dos sítios urbanos tombados e especificamente no caso do INBI/SU de Tiradentes a dimensão ambiental do patrimônio urbano tornaram-se características basilares na construção de diretrizes e normas. Assim, no INBI/SU em Tiradentes a perspectiva paisagística e a consideração da Serra de São José como elemento integrado da gestão do sítio orientariam os sentidos da ação delineando um lugar comum entre paisagem, história e ambiente construído.

A histori(cidade) do INBI/SU em Tiradentes/MG

O INBI/SU foi criado em 1989, segundo dados da Linha do Tempo do site do IPHAN e aplicado pioneiramente em Tiradentes, sendo que os dados do levantamento de campo concluído em 1991 (IPHAN, 2007a) foram sistematizados pela equipe do Inventário para produção de uma série de análises morfológicas do núcleo setecentista de Tiradentes, cujas características formais possibilitaram o estabelecimento dos valores a preservar e das respectivas diretrizes de intervenção, aprovadas em reunião do Conselho

Consultivo do IPHAN em 1994.

A importância da forma da cidade está implícita à noção de documento que não está limitada aos valores estilísticos ou estéticos, mas constituída pelo traçado urbano, subdivisão dos lotes, volumes construídos e não edificadas, associados às formas de produção do espaço, as transformações dos seus usos, os vestígios das formas que cederam lugar a outras e também os vazios que deixaram marcas no território, pois o INBI/SU compreende que “a forma é o resultado dos materiais e do território natural moldados diante das possibilidades e limites dos homens ao se apropriarem de um espaço e de estruturas preexistentes ao longo do tempo” (IPHAN, 2007b, p.146). Assim, as principais referências históricas e geomorfológicas são destacadas como marcos do sítio.

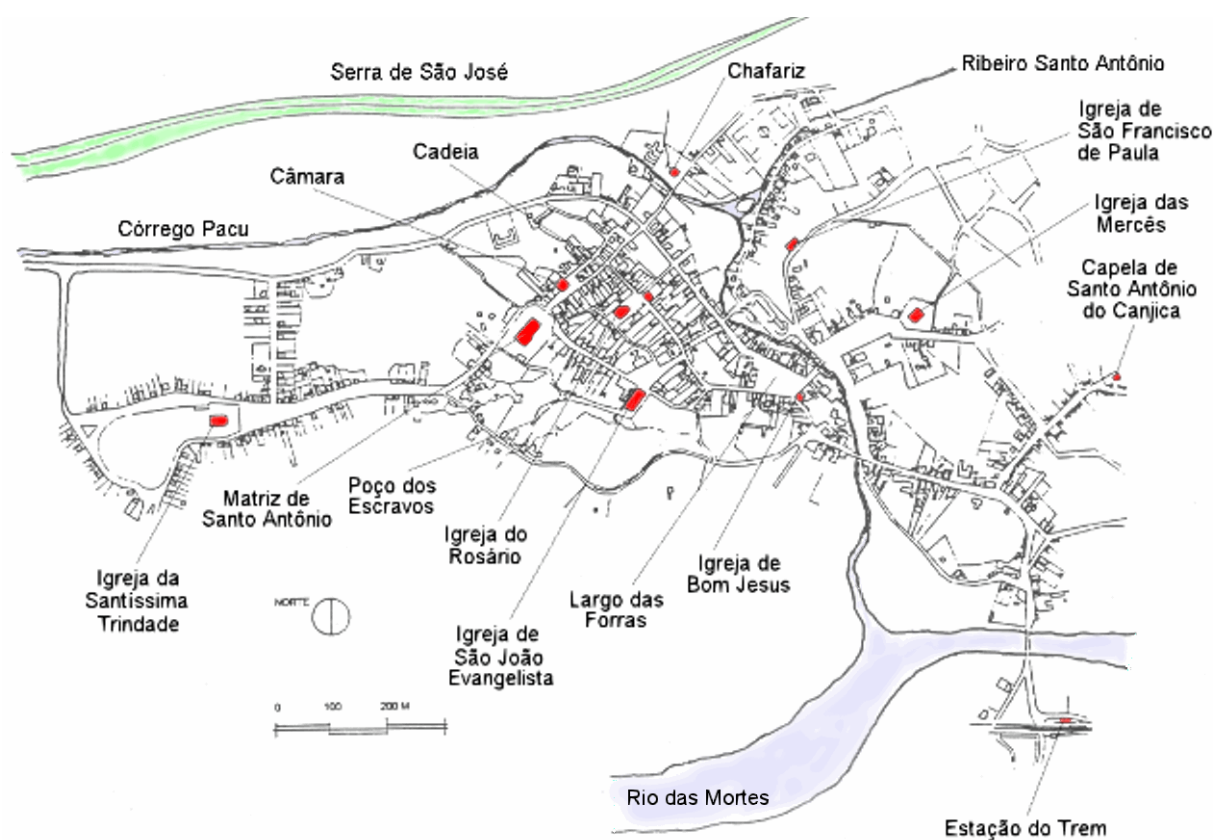


Figura 01 - Mapa das principais referências históricas e geomorfológicas de Tiradentes: destaque dos principais marcos edificadas e naturais do sítio. Fonte: IPHAN, 2007a, p.19.

O mapeamento da densidade construtiva nos eixos de ocupação mais antigos não implica que os vazios urbanos não possam ser ocupados ao longo do tempo, mas estabelece regras específicas para ocupações novas de modo a manter as relações entre elementos construídos (cheios) e não construídos (vazios) através do estabelecimento de taxa de ocupação e pavimentação máximas, bem como gabarito e alturas máximas, de

modo a manter as relações de volumetria paisagística entre as massas edificadas e vegetadas, onde os volumes construtivos aparecem amortecidos nos vazios arborizados.

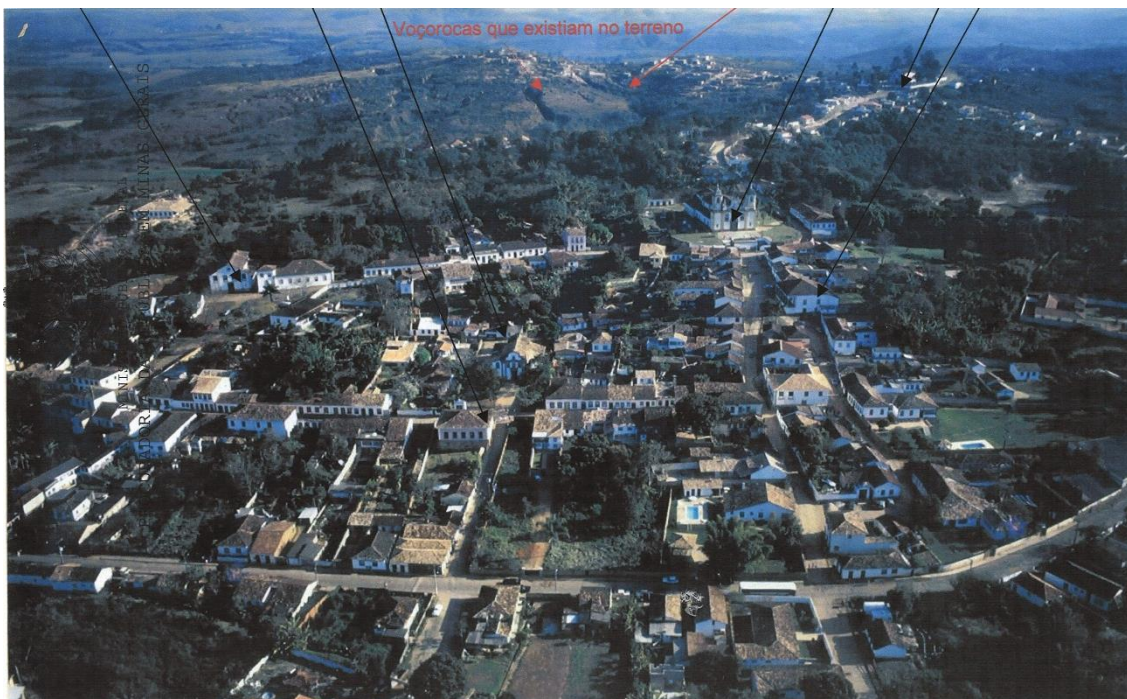


Figura 02 – Relação do centro histórico de Tiradentes e a paisagem natural, com destaque para a densidade construtiva amortecida nos vazios arborizados. Fonte: Arquivo IPHAN, s/data.

Por fim, resultantes das análises históricas, mapeamentos morfológicos e entrevistas com interlocutores locais do INBI/SU, os critérios de intervenção para Tiradentes levam em conta a ocupação histórica do território para definição de oito setores de preservação cuja descrição encontra-se referenciada em elementos geomorfológicos que caracterizam as diferentes áreas do sítio de acordo com suas particularidades, assim, para cada setor foram propostas diretrizes diferenciadas considerando a caracterização paisagística e o processo de conformação histórica quanto aos usos e ocupações.

De fato, a leitura ampliada do INBI/SU sob os aspectos históricos e paisagísticos do sítio histórico reflete o contexto de discussões conceituais da época que compreende a cidade-documento como “objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases de sua história” (Sant’Anna, 2005, p.210). Além disso, há de se destacar a compreensão mais desenvolvida dos conceitos de entorno e paisagem, notadamente a partir da Recomendação de Nairóbi de 1976 que define o que é um conjunto histórico e expõe a ideia de ambiência como um quadro ao redor que influi na percepção do bem protegido, bem como da Carta de Washington de 1987 que se preocupa em valorizar e preservar as relações da cidade histórica com o seu entorno

natural ou criado pelo homem. Na prática, o INBI/SU associa os aspectos naturais e históricos de conformação da paisagem tiradentina à caracterização arquitetônica e urbanística do sítio, particularizando diretrizes específicas para oito setores.

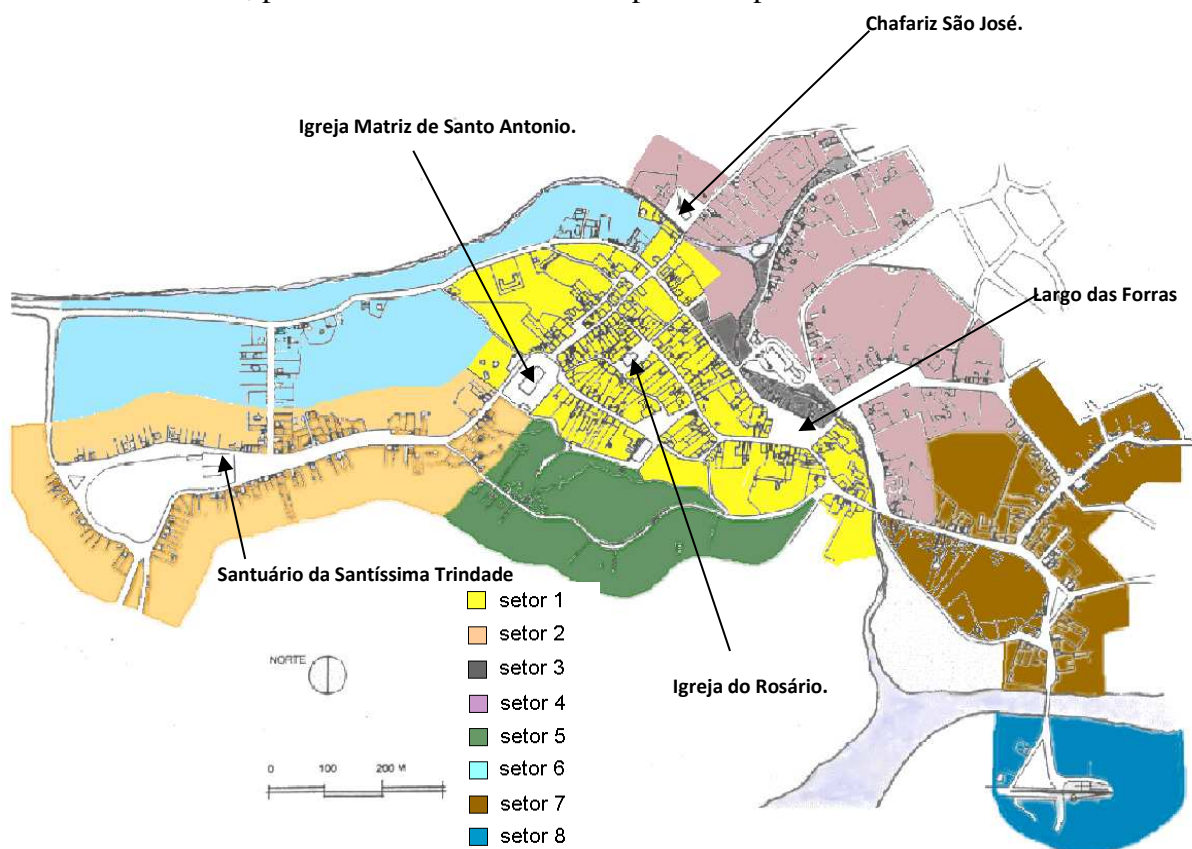


Figura 03 – Mapa dos setores de preservação estabelecidos pelo INBI/SU. Fonte: IPHAN, 2007a, p.48.

Essa visão mais holística do sítio, para além dos aspectos estéticos da arquitetura e urbanismo, é notadamente marcada pela noção de cidade-documento e pela incorporação da visão das disciplinas da história, antropologia e geografia no âmbito do patrimônio que viriam considerar a cidade enquanto produto cultural ou como testemunho da atuação humana sobre uma dada porção do território, considerando que as ações dos grupos sociais atribuem marcas culturais que caracterizam e singularizam lugares de memória e identidade cultural. Nesse ínterim, para além da visão estético-arquitetônica, a contribuição de outras disciplinas na leitura das cidades já anunciaria uma visão mais ampla do patrimônio tal como se encontra sinalizada na Constituição Federal de 1988, considerando a natureza material e imaterial dos bens culturais, cuja integração culmina nas recentes discussões sobre paisagem cultural.

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história

dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. (Ribeiro, 2007, p. 9)

Atualmente, cabe ressaltar que a proteção de elementos paisagísticos e históricos, identificados e caracterizados nos oito setores de preservação do Inventário, confronta as pressões de especulação imobiliária que ameaçam ocupar áreas de morros, cumeadas, silhuetas e linhas de *skyline* que se mantiveram vegetadas e livres de ocupação, conservando relações históricas muito particulares da cidade com a paisagem natural.

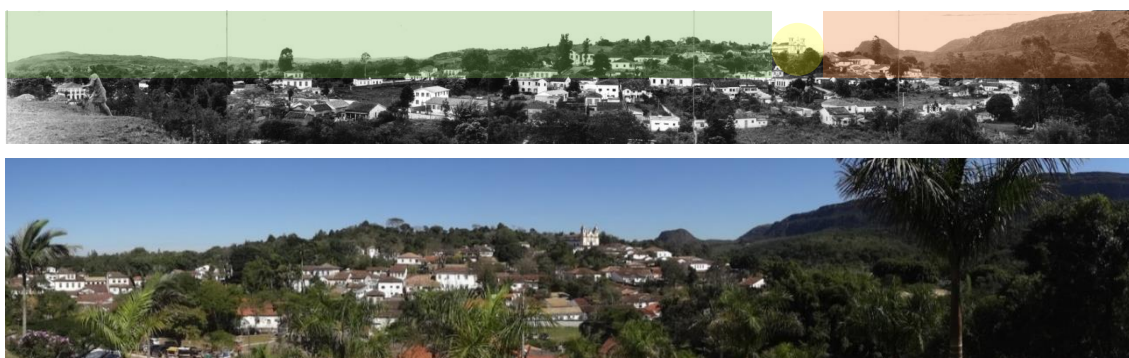


Figura 04 – Vista panorâmica dos elementos construídos do centro histórico e vazios da paisagem natural; notar a posição destacada da Matriz (em amarelo), a preservação da leitura da cumeadas com suas massas vegetadas (em verde) e a Serra de São José (em vermelho). Fonte: IPHAN, s/data; IPHAN, 2015.

Entender o INBI/SU em Tiradentes enquanto o resultado da relação entre os campos da História e da Arquitetura e Urbanismo num contexto de elaboração de novas estratégias do órgão federal de preservação é problematizar os sentidos da salvaguarda dos núcleos urbanos em fins dos anos de 1980 em busca das referências históricas do campo do patrimônio em tempos de redemocratização. O papel do INBI/SU como instrumento de documentação a partir da experiência pioneira de aplicação desta metodologia em Tiradentes incorpora o olhar dos historiadores, notadamente através da noção de cidade-documento, associada à visão paisagística do planejamento urbano ambiental, a partir da releitura de elementos morfológicos da cidade e da paisagem natural que integram o conjunto tombado. Esta ampla compreensão do patrimônio destaca o INBI/SU como metodologia que assume um tríplice papel na experiência piloto de releitura do sítio urbano de Tiradentes: como instrumento de pesquisa e documentação histórica; como instrumento de proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico, a partir da especificação de diretrizes para intervenções; como instrumento de gestão do sítio, adotado desde 1994 até os dias atuais.

Referências Bibliográficas

- AB' SABER, Aziz. *O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 21. Rio de Janeiro: IPHAN, 1986.
- AB' SABER, Aziz e et al. *Mesa Redonda: Patrimônio Natural*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 22. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constituicao.html>. Acesso: 04 nov. 2016.
- CAMPOS, Yussef. *O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim*. Revista CPC (USP), v. 16, p. 119-135, 2013.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- CHUVA, Márcia. *Interdisciplinaridade e a valorização do patrimônio cultural*. IN: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural v.3 pp 154-164. IPHAN: Ouro Preto, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.
- IPHAN. *Cidades históricas inventário e pesquisa: Tiradentes*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007a.
- _____. *Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados: Manual de preenchimento*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007b.
- MONGELLI, Mônica. *Natureza e Cultura: Práticas de Preservação Patrimonial no Brasil*. Universidade de Brasília. Dissertação de mestrado. Brasília, UNB, 2011
- MOTTA, Lia. *O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº34. Rio de Janeiro: IPHAN, 1986.
- MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Rezende (Org.). *Inventários de identificação: um programa de experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2005.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1995.
- Consultas à Linha do Tempo do Portal do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211/>>. Acesso: 04 nov. 2016.